



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO NA  
EDUCAÇÃO BÁSICA – PPGEEB

UM AMBIENTE EDUCADOR PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA:  
TERRITÓRIO QUILOMBOLA DO SAPÊ DO NORTE

PLOTEGHER, Beatriz Rodrigues<sup>1</sup>  
COSTA, Eliane Gonçalves da<sup>2</sup>

**Resumo**

O presente artigo retrata a necessidade de não deixar os saberes tradicionais do povo negro no esquecimento, subalternizados pelo racismo. Parte deste texto foi extraído de nossa pesquisa do curso de Mestrado em Ensino na Educação Básica do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica – PPGEEB, do Centro Universitário Norte do Espírito Santo – CEUNES, da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Nossa proposta é um mergulho na ancestralidade, na identidade e na memória das práticas culturais que preservam e mantêm o Território, pois acreditamos que o Sapê do Norte pode e deve ser experienciado como um ambiente educador de ensino-aprendizagem para fomentar os conteúdos que abordam a contribuição dos povos africanos no Brasil, a fim de promover uma educação antirracista.

Palavras-chave: Ambiente Educador. Educação Antirracista. Território Quilombola do Sapê do Norte.

**Introdução**

Este artigo se relaciona fortemente com o desejo de não deixar os saberes tradicionais do povo negro no esquecimento, subalternizados pelo racismo, saberes esses, suprimidos por um Brasil que rejeita a história do negro escravizado desde o período Colonial, que finge não saber que somos resistência, pois sem esta máxima não estaríamos sequer vivos. Nossa proposta é um mergulho na ancestralidade, na identidade e na memória das práticas culturais que preservam e mantêm o Território Quilombola do Sapê do Norte, movida pelo sangue que corre em mim, que é o resultado do sangue que correu sob a pele retinta dos nossos.

---

<sup>1</sup> Professora de Educação Física da Rede Municipal de Ensino de Vitória/ ES, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica – PPGEEB, da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Membro do Grupo de Pesquisas sobre Gênero, Ensino, Literatura e Relações Étnico-Raciais – GELRE. [biaplotegher@gmail.com](mailto:biaplotegher@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho(2014). Atualmente desenvolve estágio pós-doutoral na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Coordenadora do Grupo de Pesquisas sobre Gênero, Ensino, Literatura e Relações Étnico-Raciais – GELRE. [elianecoordena@gmail.com](mailto:elianecoordena@gmail.com)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO NA  
EDUCAÇÃO BÁSICA – PPGEEB

A história dos negros no Brasil, nasceu com nossos ancestrais e foi construída na diáspora em África. Somos todos frutos da violenta caçada e sequestro de negros no continente africano, delegados a viver à margem da sociedade, crescendo à beira do progresso de um Brasil cada vez mais brancos, os brasileiros quasebrancos<sup>3</sup> (FORDE, 2016). Seja a religião, a culinária, as artes e tudo o mais referente à cultura negra, tende a ser invisibilizado, sofremos com os processos de dominação e subalternização em um racismo estruturado pela dominação eurocêntrica, e para nós negros, faz-se imprescindível a construção da identidade negra exaltando de forma positiva as contribuições de origens africanas ao nosso país, tendo em vista que o longo processo de escravização do povo negro, aliado à exclusão social e às experiências negativas de discriminação, têm deixado chagas na construção identitária do povo negro. Cala-se qualquer ínfimo traço da negritude que ajudou a construir esta nação, contrariando o conceito de nação, que vem do latim *natio*, de *natus*, nascido, pois para ser designada de nação é necessário uma comunidade estável, historicamente constituída por vontade própria de um agregado de indivíduos, com base num território, numa língua, e com aspirações materiais e espirituais comuns, e como nação, o brasileiro é ensinado a não querer se reconhecer na tez escura, e como se reconhecer negro, desprezando os saberes destes que tanto contribuíram com seus modos de fazer, a constituir características “ditas” próprias do Brasil, desconsiderando o que nasce das entranhas negras, como disse acima, somos “ensinados” a não nos reconhecermos positivamente.

## 1. Desigualdades educacionais e o mito da democracia racial

O processo de aprendizagem é um processo interativo em que os sujeitos constroem seus conhecimentos através das suas interações com os outros e com o meio, numa inter-relação constante entre fatores internos e externos, após esta constatação, é necessário refletir sobre o que nossas crianças estão apreendendo sobre ser negro?

---

<sup>3</sup> Em sua tese de doutorado, o professor Gustavo Forde nos apresenta o conceito de quasebrancos como um processo de assimilação histórico-cultural e invisibilização da população negra erigida na construção da identidade nacional brasileira, cujo objetivo traduzia-se na formação de um povo mestiço como uma “nova raça” original brasileira, por meio da qual o Brasil viria a tornar-se branco ou quasebranco, orientada pela política de branqueamento e mestiçagem, responsável por processos de subjetivação, sugerindo aos brasileiros a assunção de uma identidade cultural branco-europeia.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO NA**  
**EDUCAÇÃO BÁSICA – PPGEEB**

O que a criança negra, aprende na escola, sobre o que é ser negro no Brasil, um país que nos ensina a não nos reconhecermos positivamente?

O que dizer aos nossos estudantes negros que em todos os momentos sentem a discriminação, o preconceito por intermédio do racismo estrutural que perpassa toda a sociedade brasileira, incluindo as instituições públicas, e esse racismo que se antecipa e lhe diz em primeira pessoa que ali não é o seu lugar, que tenta a todo custo invisibilizar, encurtar e o eliminar dos assentos escolares; quando ele tomado pela raiva esmorece e desiste de retornar à escola; que o racismo não existe? E quando ele é seguido no supermercado pelo segurança; quando este percebe que pessoas brancas protegem suas bolsas quando o olham no ônibus; quando é abordado pela Polícia Militar e o seu colega branco, não; quando, na condição de cliente em uma loja qualquer, ele é abordado como vendedor; quando é xingado de macaco; e em todas as demais situações em que é agredido pela cor da sua pele e pelo fenótipo que carrega dos seus ancestrais; que a democracia racial, não é um mito? O racismo estrutural lhe diz, antes que este se posicione, que ele é negro, melhor: preto, como manifestação racista e que o seu lugar é na beirada, beirando a morte, esperando a sorte de um Brasil que zele por ele.

Vivemos em uma sociedade colonialista e patriarcal, apesar de sermos 56,1% da população no Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ainda assim, vivemos sob a égide do patriarcado ocidental, onde o homem, branco e heterossexual, ocupa o topo da pirâmide social.

O direito à educação é o que emancipa o indivíduo e este direito pode ser traduzido em aspectos como a oportunidade de acesso, a possibilidade de permanência e o nível de qualidade semelhante para todos, garantindo a igualdade e a inclusão. As desigualdades de acesso correspondem ao alijamento do direito à educação das populações do campo, das regiões menos desenvolvidas, da população negra e dos grupos de renda mais baixa, de alcançar o mínimo de 12 anos de escolaridade para esses grupos e igualar a escolaridade entre negros e brancos é uma das metas do PNE para 2024, a Lei nº 13.005/2014, sancionada em 2014, com a finalidade de direcionar esforços e investimentos para a melhoria da qualidade da educação no país. Perceba que quando se trata do direito à educação das pessoas negras e dos



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO NA**  
**EDUCAÇÃO BÁSICA – PPGEEB**

grupos de renda mais baixa, estamos basicamente nos referindo à mesma população, pois segundo o IBGE, negros representam 75,2% do grupo formado pelos 10% da população com os menores rendimentos e apenas 27,7% dos 10% da população com os maiores rendimentos.

O Brasil tem um débito histórico com o povo negro, e ao invés de corrigir os erros do passado, a sociedade brasileira, silencia e ignora a necessidade de diálogo e reflexão sobre o genocídio de um povo em que primeiramente foi massacrado pelo país escravocrata e que atualmente o é pelo sistema carcerário brasileiro. Hoje, mais de um século após a “tal da abolição”, ainda não conseguimos uma política plena de equiparação racial e o retrocesso do pouco que avançamos tem sido enorme. É urgente uma educação antirracista, não de forma simplória, apenas no dia 20 de novembro, mas fomentando a reflexão sobre povos e grupos marginalizados em nosso país. Somos uma nação multicultural, nossas culturas precisam ser reconhecidas e representadas na cultura nacional. Até quando nos silenciaremos e/ou nos silenciarão? Os povos originários foram e são dizimados, os africanos que para cá vieram e de onde descende mais da metade da população, sofrem com o genocídio, pois a morte no Brasil tem cor e classe social.

## **2. Memória e identidade negra no Território Quilombola do Sapê do Norte**

O Território Quilombola do Sapê do Norte revivifica minha memória afetiva e todos os ensinamentos que recebi das minhas ancestrais. A força e a potência da oralidade são responsáveis pela mulher que sou hoje, fruto dos ensinamentos que me constituem. Nossas ancestrais que partiram e ainda assim estão vivas em nós e em tudo o que nos ensinaram através das relações interpessoais, impregnadas de identidade e memória.

Com a “abolição” os negros livres cresceram à beira do progresso de um Brasil cada vez mais branco, pois diferentemente do ocorrido no período de forte imigração europeia em nosso país, onde os imigrantes italianos, pomeranos e alemães, receberam incentivos como posses de terra e acesso à crédito para produção de insumos, o mesmo não foi feito com os negros sequestrados da África e escravizados no Brasil. Após a abolição da escravatura, os negros ficaram à própria sorte e muitos



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO NA  
EDUCAÇÃO BÁSICA – PPGEEB

procuraram abrigo nos quilombos, onde puderam viver em comunidade, pois apesar de livres, a exploração da mão de obra negra continuou e em voga. Vivendo em comunidades, os negros e negras que haviam sido escravizados trabalhavam e tiravam da terra o sustento dos seus.

O Território Quilombola Sapê do Norte, é uma região localizada entre o vale do rio Cricaré<sup>4</sup>, no município de São Mateus, e o vale do rio Itaúnas, município de Conceição da Barra extremo norte do estado do Espírito Santo (FERREIRA, 2009), formado por aproximadamente 40 comunidades remanescentes de quilombos, predominantemente rurais, que mantêm diversos modos de saber e fazer dos seus ancestrais, dos tempos da escravidão.

No artigo Quilombolas no Sapê do Norte: a territorialidade revivida pela memória, Ferreira (2011), retrata que o Território Quilombola do Sapê do Norte está organizado de modo peculiar e reproduz um modo de vida característico de suas tradições, a identidade quilombola vinculada à persistência em permanecer no campo, presente em suas origens em comum, nos laços de parentesco, nos casamentos consanguíneos e nos saberes tradicionais,

O Sapê do Norte configurava este espaço apropriado pelos antigos escravos, que passaram a se constituir enquanto campesinato após o fim da escravidão [...] a apropriação destas terras e demais recursos da natureza supria sua existência por meio da pesca, caça, agricultura e extrativismo - sob a lógica predominante do uso comum [...] (FERREIRA, 2011, p. 2).

É importante que a história dessas comunidades remanescentes de quilombos, com seus saberes e fazeres, não se extinga com os anciões das comunidades, pois fazem parte da história do estado do Espírito Santo. São fatos reais com registros orais, como é tradição nas sociedades africanas, onde a oralidade é um meio de preservação de saberes e valores ancestrais, corroborando com a pesquisa etnográfica Comunidades Quilombolas no Estado do Espírito Santo, realizada por Oliveira (2011), pois se trata de “processos sociais que vem desencadeando a transmissão de saberes nessas

---

<sup>4</sup> Em visita a região do Vale do “Cricaré”, em 1596, Pe. José de Anchieta alterou o nome do rio para São Mateus e deu a povoação o mesmo nome, e a margem à esquerda, passou a ser “Barra” de São Mateus.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO NA  
EDUCAÇÃO BÁSICA – PPGEEB

comunidades sobre sua própria existência e sobre quem são seus integrantes”. (OLIVEIRA, 2011, p. 141).

O direito à memória e ao patrimônio cultural dos povos tradicionais, é previsto pela legislação em vigor, Decreto nº 6.040/2007, que resguarda os conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, seus saberes e suas lutas. Apesar disso, os povos tradicionais ainda tem seus direitos extirpados.

A perspectiva de como a incorporação dos saberes e fazeres dos mais velhos pode contribuir com o fortalecimento da autoestima de jovens e crianças das comunidades quilombolas, está presente na dissertação de mestrado de Nascimento (2011), que discute a construção da memória e da identidade quilombola a partir da valorização dos conhecimentos dos mais velhos na Educação Escolar Quilombola, na comunidade quilombola São Jorge, município de São Mateus, no Território Quilombola Sapê do Norte, no estado do Espírito Santo.

Freire (1996), retrata a necessidade de ensinarmos com a convicção de que a mudança é possível, para isso é necessário, nós (professores) assumirmos a existência do racismo, pois

É o saber da História como possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. [...] No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar mas para mudar. [...] No próprio mundo físico minha constatação não me leva à impotência. O conhecimento sobre os terremotos desenvolveu toda uma engenharia que nos ajuda a sobreviver a eles. [...] Constatando, nos tornamos capazes de intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de nos adaptar a ela. É por isso também que não me parece possível nem aceitável a posição ingênua ou, pior, astutamente neutra de quem estuda, seja o físico, o biólogo, o sociólogo, o matemático, ou o pensador da educação. Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. (FREIRE, 1996, p. 30)

Desde sempre, baseamos o que ensinamos em sala de aula, na cultura dominante, mas esta cultura eurocêntrica nem é a da maioria, subalternizamos a cultura da maioria dos brasileiros em detrimento de mantermos o *status quo*, nós professores



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO NA**  
**EDUCAÇÃO BÁSICA – PPGEEB**

não podemos continuar ensinando o conformismo, a obediência e o individualismo, todos conteúdos subliminares presentes na estrutura do capitalismo, precisamos garantir uma educação multicultural no currículo da educação básica, não apenas de maneira informativa, mas provocando a reflexão. O curriculum vitae conta um pouco do que somos, é um relato do que nos identifica, é a nossa trajetória, precisamos de uma nova construção social, histórica, cultural e plural e essa reconstrução é feita a partir da relação com o outro, precisamos de todos os outros invisibilizados para descobrir quem realmente somos. É direito de todos ter acesso a sua história para se reconhecer como indivíduo.

### **Considerações Finais**

É inegável que a sociedade brasileira é uma sociedade colonialista, patriarcal e capitalista, e ao percebermos que a educação colabora para manter a identidade não branca invisível, negros, indígenas e tantos outros povos que são marginalizados justamente por não se enquadrarem no padrão colonialista de nosso país, estes têm seus saberes e conhecimentos desprezados, seja na religião, culinária, artes e tudo o mais referente a essas culturas sofrem com os processos de dominação eurocêntrica. Em relação aos negros e negras que são maioria no país e aos indígenas que já o fora, pois são povos originários, faz-se imprescindível a valorização dos saberes e conhecimentos que esses povos tiveram e têm para contribuir com a formação de nossos estudantes.

Somos o país com a maior população negra fora da África, e o Brasil tem um débito histórico com o povo negro, é sabido. Mas e depois? Se uma pessoa branca quiser pesquisar sua origem, de qual país descende sua família, principalmente no Espírito Santo é uma busca relativamente simples, pois há registros, rastros e relatos, ao contrário da população negra, onde o que houve foi uma determinação de se apagar suas origens e seus rastros, tudo o que temos de real e palpável se esvai cada vez que morre um “preto velho”.

Relembrar e reconstruir o passado, é muito importante, pois é uma forma de preservar a cultura e o modo de vida tradicional, preservando a ancestralidade, a identidade e a memória do povo negro. Temos em nosso estado um local onde essa memória ainda



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO NA**  
**EDUCAÇÃO BÁSICA – PPGEEB**

é viva, o Território Quilombola do Sapê do Norte, formado por comunidades negras remanescentes de quilombos, de negros escravizados nas fazendas da região, que fugiam do jugo da tortura, buscando a liberdade e a possibilidade de viver de forma digna. As comunidades quilombolas são guardiãs e transmissoras dos saberes tradicionais para as novas gerações, protagonizam a resistência e resistir é característica primeira de um quilombo, antes refúgio que resguardava a matéria, o corpo, espaço que acolhia mulheres e homens negros em fuga da escravidão no Brasil Colonial; hoje, quilombo é o refúgio que resguarda a ancestralidade, a identidade e a memória das práticas culturais de um povo.

Gomes (2003), entende a identidade negra, como uma construção social, histórica, cultural e plural e essa construção é feita a partir da relação com o outro, precisamos do outro para nos fazermos fortes,

[...] construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros. (GOMES, 2003, p. 171).

Ao definir o termo raça como estrutural e estruturante, Gomes (2003), denuncia o racismo e o mito da democracia racial e faz-se urgente conscientizar os negros dos mecanismos sutis de exclusão da qual são vítimas, pois aos indivíduos não-brancos é destinada a margem da sociedade onde são encobertos os conflitos raciais com uma falsa impressão de que todos estamos no mesmo patamar de igualdade, camuflando o racismo estrutural, que vem a séculos maculando a sociedade brasileira.

Temos regiões em nosso estado que preservam a língua de um povo tradicional, os pomeranos, estes são considerados povos tradicionais pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, pois são de origem camponesa e recriaram no Brasil, assim como os quilombolas, o modo de vida camponês e mantiveram o uso da língua e muitos dos costumes de seu país de origem como cultos, festas e ritos de passagem. Além dos quilombolas e pomeranos, são identificados como povos tradicionais: indígenas, seringueiros, caiçaras, pescadores artesanais, açorianos, caboclos, quebradeiras de coco babaçu, ciganos, jangadeiros, pantaneiros, marisqueiros, povos de terreiro, entre outros.





**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO NA**  
**EDUCAÇÃO BÁSICA – PPGEEB**

O Programa de Educação Escolar Pomerana – PROEPO, preserva, valoriza e fortalece a cultura e a língua oral e escrita pomerana, segundo Dettman e Küster (2015) o Proepo é um programa político e pedagógico bilíngue implantado em cinco municípios do Estado do Espírito Santo. Iniciado em 2005 como um projeto com o objetivo de reconhecer a cultura pomerana histórica e socialmente silenciada nos espaços escolares e afirmar a identidade pomerana no âmbito de uma educação intercultural, assim o faz de maneira primorosa.

Ao oportunizar uma educação bilíngue o Proepo, além dos ganhos pedagógicos, deu visibilidade às crianças de origens pomeranas, proporcionando um sentimento de orgulho às famílias que até então eram silenciadas, pois seu português era repleto de “erros”, trouxe a reflexão e o respeito a diversidade linguística, devolveu aos pomeranos seu valor histórico, cultural e social, jogou luz à um povo refugiado de guerra que viveu em situação de semiescavidão, valorizando e resguardando sua cultura e sua memória, fortalecendo conseqüentemente sua identidade. O Proepo, levou para dentro das escolas um clamor da comunidade, algo externo ao currículo. Como povos tradicionais, era direito deles não serem invisibilizados dentro de suas comunidades. Experenciamos nas comunidades de descendência pomerana, alemã e italiana um pouco da imigração europeia no estado do Espírito Santo, o modo de vida tradicional, as histórias, canções, culinárias quando queremos que nossos estudantes conheçam *in loco* essa vivência, programamos viagens para as Três Santas (Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina e Santa Teresa, municípios localizados na região serrana do estado do Espírito Santo) e ali eles percebem a diversidade que compõe o nosso povo. Imagine se pudéssemos fazer o mesmo com a descendência africana? A informação é direito do aluno e nada mais esclarecedor do que conhecer a história viva, a fim de promover uma educação antirracista.

O Território Quilombola do Sapê do Norte pode e deve ser experienciado como um ambiente de ensino-aprendizagem para fomentarmos os conteúdos que abordam a contribuição dos povos africanos no Brasil. Se é direito de todos ter acesso a sua história, para se reconhecer como indivíduo, porque não experimentar o Território Quilombola do Sapê do Norte como um ambiente educador, em uma Educação Antirracista? Problematizando questões como meritocracia, racismo estrutural,



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO NA  
EDUCAÇÃO BÁSICA – PPGEEB

necrofilia, enfim, são tantos temas, a serem debatidos, não só pelo povo negro, todo brasileiro tem o direito de conhecer e se reconhecer na construção histórica do país.

### Referências Bibliográficas

BRASIL. *Decreto nº 6.040 de 7 de Fevereiro de 2007 que regulamenta o Art. nº 68 da Constituição Federal*. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)> Acesso em 03 de Abril de 2021.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 13.005 de 25 de Junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências*. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)> Acesso em 26 de Março de 2021.

DETTMAN, J. M. e KÜSTER, S. B. *O Pomerano no contexto escolar: Por uma pedagogia culturalmente sensível*. In: 37ª Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), UFSC - Florianópolis, 2015.

FERREIRA, S. R. B. *Donos do lugar: A territorialidade quilombola do Sapê do Norte – ES*. 2009. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói.

\_\_\_\_\_. *Quilombolas no Sapê do Norte: a territorialidade revivida pela memória*. In: Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFES, 2011, Vitória - ES. Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFES, 2011. v. 1. p. 1-17.

FORDE, G. H. A., *Vozes Negras na História Da Educação: Racismo, Educação e Movimento Negro No Espírito Santo (1978-2002)*. 2016. Tese (Doutorado) – PPGE/UFES, Vitória.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

GOMES, N. L. *Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo*. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

NASCIMENTO, O. S. *Educação Escolar Quilombola: Memória, Vivência e Saberes das Comunidades Quilombolas do Sapê do Norte, Escola de São Jorge*. (2011) Dissertação – PPGE/UFES, Vitória.

OLIVEIRA, O. M. de. *Comunidades quilombolas no Estado do Espírito Santo: Conflitos sociais, consciência étnica e patrimônio cultural*. RURIS - Revista Do Centro De Estudos Rurais - UNICAMP, 5(2). 2011.